



**EXTENSÃO EM MUSEOLOGIA SOCIAL E OS VALORES CULTURAIS DA  
NATUREZA NO PARQUE NACIONAL DO IGUAÇU**

***EXTENSION IN SOCIAL MUSEOLOGY AND THE CULTURAL VALUES OF NATURE  
IN IGUAÇU NATIONAL PARK***

***EXTENSIÓN EN MUSEOLOGÍA SOCIAL Y LOS VALORES CULTURALES DE LA  
NATURALEZA EN EL PARQUE NACIONAL DE IGUAZÚ***

Claudio Alexandre de Souza<sup>1</sup>

João Abner Santos Bezerra<sup>2</sup>

**Resumo:** A urgência climática e a interdisciplinaridade estabelecida entre os campos do conhecimento em busca de soluções para essa problemática promovem a associação de novas áreas em projetos de conservação do meio ambiente. As práticas não precisam ser lineares, e novas definições como a de Valor Cultural da Natureza podem contribuir na sensibilização dos cidadãos para a preservação e conservação ambiental. Neste trabalho analisamos a Ação de Extensão de Museologia Social, em atividade no Parque Nacional do Iguaçu, e seu alinhamento à conservação do patrimônio cultural, objetivo estratégico do ICMBio, enquanto gestor do Parque, bem como à definição de Valor Cultural da Natureza. A metodologia consiste num estudo de caso que compreende uma análise dos relatórios referentes aos anos de 2021 e 2022 e do projeto 2023-2024 da ação mencionada, bem como visita guiada aos espaços de execução da ação de extensão. Verifica-se que a ação vem se consolidando. É crescente o número de visitantes, participantes da ação, pesquisadores envolvidos, órgãos em parceria e doações de itens para o acervo. Tais elementos atestam as contribuições da ação enquanto sensibilização e práticas de conservação do Parque Nacional, atingindo objetivos do ICMBio de Educação Ambiental e conservação de seu patrimônio histórico e cultural.

**Palavras-chave:** Conservação Patrimonial. Educação Ambiental. Interdisciplinaridade.

**Abstract:** *The urgency of the climate crisis and the interdisciplinary approach established among fields of knowledge in pursuit of solutions to this issue promote the association of new areas in environmental conservation projects. Practices do not need to be linear, and new definitions such as the Cultural Value of Nature can contribute to citizens' awareness for environmental preservation and conservation. In this study, we analyze the Social Museology Extension Action, active in the Iguaçu National Park, and its alignment with the conservation*

---

<sup>1</sup> Bacharel em Turismo e Hotelaria. Doutor em Geografia. Docente da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0369-1084> E-mail: [claudio.souza@unioeste.br](mailto:claudio.souza@unioeste.br)

<sup>2</sup> Licenciado em Sociologia, pela Universidade Pitágoras (UNOPAR); Mestrando em Tecnologias, Gestão e Sustentabilidade, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9966-8083> E-mail: [joao43ner@gmail.com](mailto:joao43ner@gmail.com)

of cultural heritage, a strategic objective of ICMBio, as the park's manager, as well as with the definition of the Cultural Value of Nature. The methodology consists of a case study comprising an analysis of reports from the years 2021 and 2022 and the 2023-2024 project of the mentioned action, as well as a guided tour of the action's implementation spaces. It is observed that the action is becoming consolidated. There is a growing number of visitors, participants in the action, researchers involved, partnering agencies, and donations of items to the collection. These elements attest to the contributions of the action in raising awareness and conservation practices of the National Park, achieving ICMBio's objectives of Environmental Education and conservation of its historical and cultural heritage.

**Keywords:** Heritage Conservation. Environmental Education. Interdisciplinarity.

**Resumen:** La urgencia de la crisis climática y el enfoque interdisciplinario establecido entre los campos del conocimiento en búsqueda de soluciones a esta problemática promueven la asociación de nuevas áreas en proyectos de conservación ambiental. Las prácticas no necesitan ser lineales, y nuevas definiciones como la del Valor Cultural de la Naturaleza pueden contribuir a la sensibilización de los ciudadanos para la preservación y conservación ambiental. En este estudio, analizamos la Acción de Extensión de Museología Social, activa en el Parque Nacional del Iguazú, y su alineación con la conservación del patrimonio cultural, un objetivo estratégico de ICMBio, como gestor del parque, así como con la definición del Valor Cultural de la Naturaleza. La metodología consiste en un estudio de caso que comprende un análisis de informes de los años 2021 y 2022 y el proyecto 2023-2024 de la acción mencionada, así como una visita guiada a los espacios de implementación de la acción de extensión. Se observa que la acción se está consolidando. Hay un creciente número de visitantes, participantes en la acción, investigadores involucrados, organismos asociados y donaciones de elementos para la colección. Estos elementos atestiguan las contribuciones de la acción en la sensibilización y las prácticas de conservación del Parque Nacional, alcanzando los objetivos de ICMBio de Educación Ambiental y conservación de su patrimonio histórico y cultural.

**Palabras clave:** Conservación Patrimonial. Educación Ambiental. Interdisciplinaria.

## Introdução

Sensibilizar as pessoas a respeito das questões que envolvem o meio ambiente é crucial em um momento em que os desafios ambientais se tornam cada vez mais evidentes. É imperativo que todos compreendam a interdependência entre as ações humanas e a saúde do planeta. A conscientização ambiental não se limita apenas à preservação de paisagens exuberantes, ecossistemas ou à proteção de espécies ameaçadas, ela abrange outros aspectos, como a conservação do patrimônio social relacionado às áreas naturais.



O cuidado com o meio ambiente é responsabilidade comum e, por esse motivo, implica todas as áreas do conhecimento. À época das discussões das principais orientações e normativas que temos no Brasil sobre Educação Ambiental, Jacobi (2003) afirma que:

A realidade atual exige uma reflexão cada vez menos linear, e isto se produz na inter-relação dos saberes e das práticas coletivas que criam identidades e valores comuns e ações solidárias diante da reapropriação da natureza, numa perspectiva que privilegia o diálogo entre saberes. (Jacobi, 2003, p. 191).

Atitudes de preservação e conservação são também exercícios de cidadania, fortalecendo o princípio da democracia, na busca por uma sociedade mais justa e responsável, sendo a Educação Ambiental uma política orientada pela Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999 (Brasil, 1999), a ser trabalhada de forma interdisciplinar. A Lei de Educação Ambiental estabelece processos para que as pessoas adquiram conhecimentos e valores para proteger o meio ambiente. É parte importante da educação em todos os níveis, tanto formal quanto informal, e a responsabilidade por promover essa educação é compartilhada entre o governo, instituições educativas, organizações ambientais, empresas e a sociedade em geral. A compreensão de Educação Ambiental a partir de enfoques de áreas não tradicionais e de valor cultural da natureza tem auxiliado na aproximação de outras áreas do conhecimento às unidades de conservação.

No Ensino Superior, a Educação Ambiental é considerada na avaliação dos cursos de graduação pelo Ministério da Educação. Através do Indicador 1.5 (conteúdos curriculares), o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), verifica se a Educação Ambiental, entre outros temas transversais, está sendo fomentados dentro dos vários cursos de graduação se associando ao conhecimento produzido recente de forma inovadora (SINAES/INEP, 2017).

A catalogação do patrimônio social de uma unidade de conservação, associada à Educação Ambiental, pode ser uma poderosa ferramenta na sensibilização das pessoas acerca da importância de preservar e proteger o meio ambiente. É o caso da Museologia Social, que apresentamos neste trabalho. Um dos objetivos do plano de manejo do Parque Nacional do Iguaçu (PNI ou Parna Iguaçu - nome dado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio) “é o de proteger sítios histórico-culturais, arqueológicos e/ou



paleontológicos, em harmonia com o meio ambiente, contribuindo para a manutenção das manifestações históricas e culturais” (ICMBIO, 2018, p. 39). E em seu plano de pesquisa (ICMBIO, 2023), documento mais recente, já é mencionada a definição de Valores Culturais da Natureza.

Em consonância com a perspectiva de Valor Cultural da Natureza, a Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) promove, pelo terceiro ciclo seguido, a ação de extensão “Museologia Social no Parque Nacional do Iguaçu: Levantamento, Inventário e Conservação dos Bens Culturais” (Oliveira 2022, 2023a, 2023b). Destacamos parte da sua justificativa e objetivo a seguir:

[...] é importante perceber que o debate sobre a complexidade da gestão de áreas protegidas perpassa pela leitura da indissociabilidade entre sociedade e natureza. Essa reflexão vem ganhando cada vez mais evidência e atenção na contemporaneidade. Nesse sentido, o objetivo desse projeto é realizar o levantamento dos bens culturais do Parque Nacional do Iguaçu, que de alguma forma tiveram suas trajetórias históricas relacionadas com o Parque, contemplando ampla diversidade de tipologias e matrizes culturais, tendo em vista sua valorização e conservação. (Oliveira, 2023a, p. 3)

Analisamos, apoiados na metodologia de estudo de caso, desenvolvida por Robert K. Yin (2001), a ação de extensão em Museologia no Parque Nacional do Iguaçu, à luz dos fundamentos da Educação Ambiental e da perspectiva dos Valores Culturais da Natureza, especificamente sobre os seus valores históricos e arqueológicos. Recorremos ainda a uma pesquisa documental, realizada no portal de periódicos da Capes, a fim de buscar perspectivas sobre gestão ambiental envolvendo os Valores Culturais da Natureza.

Compreendemos que a ação, a cada ciclo, se amplia, à medida que envolve mais pessoas e vem aumentando seu acervo material e patrimonial. Também atende aos preceitos da Educação Ambiental e interdisciplinaridade, aos objetivos do Parque Nacional do Iguaçu, bem como exercita em seus envolvidos os Valores Culturais da Natureza.



## Educação Ambiental, Valores Culturais da Natureza e Patrimônio

Educação Ambiental tem fundamentos e orientações consolidadas e amplamente difundidas – leis, normas e recomendações – ao passo que Valores Culturais da Natureza (Fernandes-Pinto, 2022) é um conceito em construção. A Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), instituída pela Lei 9.795/1999 (Brasil,1999), destaca a importância da Educação Ambiental na construção de valores, conhecimentos e competências voltadas para a conservação do meio ambiente e a qualidade de vida sustentável. Entre os objetivos fundamentais da Educação Ambiental estão o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente, a democratização das informações ambientais, o estímulo à consciência crítica sobre as questões ambientais e sociais, a promoção da participação individual e coletiva na preservação ambiental e, também, o fortalecimento da cidadania e da solidariedade para um futuro sustentável (Brasil, 1999).

Mesmo com todas essas perspectivas abrangentes, para Jacobi (2003) a Educação Ambiental normatizada parece disciplinar, linear, fechada sobre determinados temas:

[...] E o que tem sido feito em termos de educação ambiental? A grande maioria das atividades são feitas dentro de uma modalidade formal. Os temas predominantes são lixo, proteção do verde, uso e degradação dos mananciais, ações para conscientizar a população em relação à poluição do ar. A educação ambiental que tem sido desenvolvida no país é muito diversa, e a presença dos órgãos governamentais como articuladores, coordenadores e promotores de ações é ainda muito restrita. (Jacobi, 2003, p. 198).

Jacobi apresenta a necessidade de “consolidar novos paradigmas educativos, centrados na preocupação de iluminar a realidade desde outros ângulos, e isto supõe a formulação de novos objetos de referência conceituais e, principalmente, a transformação de atitudes” (Jacobi, 2003, p. 200). Esta demanda é possivelmente atendida com atividades que explorem os Valores Culturais da Natureza, cujo conceito foi definido por Fernandes-Pinto (2022).

De acordo com Fernandes-Pinto (2022, p. 8-9), o sentimento de pertencimento envolve uma relação emocional e cultural de grupos com um local específico. A autora apresenta que, ao redor do mundo, as políticas de conservação tendem a separar natureza e cultura, resultando em desafios, como conflitos socioambientais e falta de cooperação, e que dessa problemática



nasceu a noção de Valores Culturais da Natureza (VCN), conceito este que vem sendo utilizado na literatura especializada nas últimas décadas, podendo ser adaptado a diversos contextos. Sobre os Valores Culturais da Natureza, em curso oferecido pela ENAP, Fernandes-Pinto explica que:

Valores culturais da natureza envolvem significados simbólicos, vínculos históricos e ancestrais, bens, saberes, tradições e práticas de diferentes grupos sociais (antigos ou atuais) associados a paisagens, fenômenos ou elementos específicos da fauna, flora e geologia que contribuem direta ou indiretamente para a conservação. (Fernandes Pinto, 2022, p. 11).

As legislações e as orientações sobre Educação Ambiental são as mesmas desde as interpretações de Jacobi (2003), orientando para atividades que ainda não reconhecem todos os valores e necessidades do meio ambiente que podem ser encaminhados pela Educação Ambiental. Portanto, a visão de Jacobi (2003), para nós, é diagnóstica. As instituições vêm incorporando a definição de VCN em seus documentos internos e planos de trabalho recentemente, a exemplo do plano de pesquisa do PNI (ICMBIO, 2023). E a perspectiva da natureza como patrimônio cultural, material e imaterial se relaciona com uma unidade de conservação ambiental em outras leis e normas, como apresentado a seguir. A Constituição Brasileira dispõe:

Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - as formas de expressão; II - os modos de **criar, fazer e viver**; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as **obras, objetos, documentos, edificações** e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e **sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico**. [...]

Art. 225. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público: [...]

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. (Brasil, 1988).

A Lei Federal 9.985, de 18 de julho de 2000 (Brasil, 2000), que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), em seu artigo 4º delinea os objetivos do referido sistema, incluindo a proteção das características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural, bem como a proteção dos recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, com o respeito e valorização de seu conhecimento e cultura, e a promoção do seu desenvolvimento social e econômico.

O Decreto federal 5.758, de 13 de abril de 2006 (Brasil, 2006), que institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) estabelece princípios fundamentais para a conservação da natureza. Entre esses princípios, destacam-se a valorização dos aspectos éticos, étnicos, culturais, estéticos e simbólicos da conservação da natureza, bem como o reconhecimento das áreas protegidas como instrumentos eficazes para a preservação da diversidade biológica e sociocultural. Portanto, nessas três normas mencionadas há uma relação entre patrimônio e meio ambiente.

Para Fernandes-Pinto (2022, p. 50), “a sociedade, composta por grupos diversos, requer uma abordagem equitativa na formulação de políticas públicas e na gestão ambiental, considerando as múltiplas perspectivas e interações culturais com o meio ambiente”. A autora ressalta ainda que falta de atenção a esses aspectos pode levar a conflitos e marginalização de práticas culturais ligadas à conservação.

Assim, a preservação ambiental deve abarcar não apenas a integridade física, mas também os diferentes significados atribuídos à natureza pelos grupos sociais. As contribuições para a gestão ambiental por meio de atividades envolvendo patrimônio e uma perspectiva de fomento dos Valores Culturais da Natureza irão se dar, como argumenta Fernandes-Pinto, de forma indireta:

Como contribuições indiretas, destacam-se aquelas que estimulam o senso de pertencimento, afeto, carinho, cuidado e respeito com as áreas naturais; que enaltecem sua beleza, ampliam o conhecimento sobre as paisagens, sensibilizam para a importância da conservação e favorecem uma conexão positiva mais aprofundada entre pessoas e lugares. (Fernandes-Pinto, 2022, p. 12).

Há uma grande variedade de estudos envolvendo Educação Ambiental e extensão, incluindo periódicos acadêmicos focados e especializados nestas temáticas, bem como programas de pós-graduação. Por sua vez, no que se refere à perspectiva de valores culturais da natureza, o levantamento em bases de dados nos mostrou que ainda há poucos estudos apresentados sobre o tema. Verificados os fundamentos e definições, apresentamos como foi organizada a análise da ação de extensão.

## **Metodologia**

A metodologia deste estudo foi pensada a partir das recomendações de Yin (2001) para estudo de caso. Seguindo sua proposta, um estudo de caso precisa responder questões de pesquisa baseadas em “como” e “por que”, referente a um evento em que não se tenha controle comportamental e trate-se de um acontecimento contemporâneo à pesquisa (Yin, 2001, p. 24-28). Assim, construímos as perguntas para esta pesquisa como:

Por que a ação de Museologia Social é uma ação de Educação Ambiental promovida pelo Parque Nacional do Iguaçu?

Como a ação de Museologia Social se enquadra na Educação Ambiental promovida pelo Parque Nacional do Iguaçu?

Os passos realizados desta pesquisa compreendem: (1) Estudo dos conceitos e definições; (2) Realização do curso sobre Valores Culturais da Natureza disponível na ENAP (O curso está disponível no link: <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/909>); (3) Visita técnica, e produção de material (fotos e áudios); (4) Análise de relatórios e projetos da ação de extensão, aprovados pela Universidade e disponibilizados pelo Coordenador da Ação; e (5) Escrita do trabalho.

## **Resultados e Discussão**

O Parque Nacional do Iguaçu (PNI) tem como responsabilidade garantir a conservação de seus recursos e valores fundamentais. Para atingir seus propósitos, realiza estudos e



planejamentos institucionais buscando identificar estes valores e planejar sua conservação. Há valores identificados relacionados aos vários aspectos de atuação do Parque.

Com relação ao seu patrimônio histórico-cultural, o PNI identifica como recursos e valores fundamentais as memórias da ocupação pretérita da região; os fatos, lendas e estruturas que são referências da transformação da paisagem, tais como os sítios arqueológicos, a cultura indígena, a lenda das Cataratas, as antigas vilas, estradas e usina São João (ICMBIO, 2018, p.14). Nos planejamentos do PNI, identificamos um estudo feito sobre o patrimônio, incluindo um diagnóstico, ameaças e a necessidade de construção de bancos de dados. Apresentamos no Quadro 1 a seguir os recursos e valores fundamentais relacionados ao patrimônio histórico-cultural identificado pelo PNI quanto ao patrimônio histórico cultural, apresentando o cenário atual, ameaças, tendência, necessidade de dados, planejamento e dados vinculados aos planejamentos.

**Quadro 1 - Recursos e valores fundamentais do PNI**

<b>Patrimônio histórico-cultural</b>		
<b>Cenário atual</b>	<b>Tendência</b>	<b>Necessidade de dados</b>
Poucas atividades para valorização do patrimônio histórico-cultural.	Crescimento da discussão sobre como valorizar estes recursos.	Organizar e disponibilizar dados sobre a formação geológica das cataratas.
Estruturas históricas abandonadas. Por exemplo: Usina e represas do rio São João, estruturas das antigas vilas, etc.		
Faltam atividades que valorizem o patrimônio histórico-cultural do Parque.		
Ameaças	Necessidade de Planejamento	Necessidade de dados vinculados aos planejamentos
Desvalorização do patrimônio.		
Perda dos bens histórico-culturais.		
Uso intensivo da trilha das Cataratas. Existem estruturas históricas, como a fonte de água, por exemplo, que necessitam de conservação.	Plano de resgate e preservação do patrimônio histórico-cultural, com resgate estratégico geológico e arqueológico em um espaço museu.	Reunir e organizar as informações existentes e mapear os valores histórico-culturais do Parna Iguaçu.

Fonte: ICMBio, 2018, p.23.

O Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu também identifica uma Zona Histórico-Cultural, onde são encontradas amostras do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e/ou paleontológico, que devem ser preservadas, estudadas, restauradas e interpretadas para o público, servindo à pesquisa, à educação e ao uso científico, em harmonia com o meio ambiente (ICMBio, 2018, p. 38).

O projeto de extensão “Museologia Social no Parque Nacional do Iguaçu: Levantamento, Inventário e Conservação dos Bens Culturais”, coordenado por um servidor técnico-administrativo, Pedro Louvain, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), se incorpora de forma muito favorável aos objetivos do PNI, sem excluir a perspectiva do meio ambiente. No projeto do terceiro ciclo, indica preocupações alinhadas às do PNI, conforme segue:

Todas essas tipologias são especiais à sua maneira e merecem receber novos olhares e conexões, articulando de forma inseparável a cultura com a proteção do meio ambiente. Identificar tais bens e analisar seu estado de conservação poderá garantir que os mesmos cheguem às gerações futuras. (Oliveira, 2023b p. 3)

Apresentamos no Quadro 2 a caracterização dos vários ciclos da ação de extensão “Museologia Social no Parque Nacional do Iguaçu: Levantamento, Inventário e Conservação dos Bens Culturais”.

**Quadro 2 - Dados dos documentos, contendo quantidade da equipe, parceiros, doações recebidas e outras informações, por ano/ciclo da atividade**

Dados	Ciclo 1 (Relatório 2021)	Ciclo 2 (Relatório 2022)	Ciclo 3 (Projeto 2023-2024)
Equipe	11 pessoas	14 pessoas	14 pessoas
Parceiros	Dirección del Patrimonio Histórico Cultural de Puerto Iguazu	Instituto Chico Mendes da Biodiversidade	Instituto Chico Mendes da Biodiversidade Museu Paranaense
Doações recebidas		Coleção de objetos históricos da família do Harry Schinke, um dos primeiros guias das Cataratas. Documentos históricos e de regularização do PNI pelo INCRA doados por Walter Possobom.	

Outras informações	Atividades remotas devido à pandemia da Covid 19, e, portanto, baixa visitação.	Já havia um suporte do ICMBio à ação. Documentos históricos do Parque Nacional incluídos no acervo.	O ICMBio está como parceiro da ação.
--------------------	---	---	--------------------------------------

Fonte: Elaborado pelos autores.

Durante a visita, que ocorreu no dia 27 de fevereiro de 2024, e compreende a fase de observação direta, buscando relacionar a realidade aos conceitos, foram visitadas a Escola Parque, estruturas arquitetônicas e ruínas do Parque Nacional (prédios do ICMBio, escadarias, jardins, antigas vias de acesso) e a Cachoeira São João à qual a antiga usina hidrelétrica de mesmo nome se integrou no passado. A Usina São João, agora em ruínas, já forneceu energia para o município de Foz do Iguaçu.

Durante a visita, constatamos como os patrimônios histórico e natural são inseparáveis no Parque Nacional do Iguaçu, com a usina hidrelétrica São João, construída sobre a cachoeira da qual usava a força da água, identificada com o mesmo nome (Foto 1).

**Foto 1 - Cachoeira e usina hidrelétrica São João desativada como exemplo de patrimônio natural e arquitetônico em panorama. Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 2024.**



Fonte: Acervo dos autores.

A ação de extensão em Museologia Social identifica também objetos, frutos de doações e pesquisas na área do parque, não incluídos no diagnóstico realizado pelo próprio PNI (Quadro 1). Relacionados à região, e já catalogados e fazendo parte do acervo da Escola Parque, temos artefatos líticos, como ferramentas, machadinha, pedras lascadas cortantes e urnas funerárias, fotos antigas, aparelhos fotográficos, de telefonia, móveis, ossadas, moedas, documentos, entre outros (Fotos 2 e 3).

**Foto 2 - Urnas funerárias recebidas através de doação compoendo o acervo da Escola Parque. Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 2024.**



Fonte: Acervo dos autores.

**Foto 3 - O coordenador apresenta artefatos líticos na Escola Parque dentro do Parque Nacional do Iguaçu. Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 2024.**



Fonte: Acervo dos autores.

Acompanhar as atividades da ação de extensão permite aos seus participantes entender o Parque também como espaço social ao longo do tempo e no presente. Fernandes-Pinto (2022) indica que compreender os laços que conectam pessoas, lugares e natureza é essencial para ampliar a efetividade das políticas de conservação da natureza, aproximando as unidades de conservação da sociedade. A autora apresenta 10 categorias para as tipologias mais comuns de VCN. São elas:

1. Valores cênicos e perceptivos;
2. Oportunidades de lazer e recreação;
3. Valores históricos e arqueológicos;

4. Importância para o conhecimento científico e a educação;
5. Contribuições para o bem-estar e a saúde humana;
6. Fonte de inspiração artística;
7. Valores etnológicos e identitários;
8. Formas diferenciadas de manejo e produtos da sociobiodiversidade;
9. Elementos orais e linguísticos relacionados à natureza;
10. Fonte de experiências religiosas e espirituais. (Fernandes-Pinto, 2022. p. 13).

A ação analisada se insere na categoria 3 da tipologia dos valores históricos e arqueológicos proposta pela autora, detalhada a seguir:

Valores históricos e arqueológicos: a natureza associada a aspectos da história e da memória nacional, regional ou local. Essa categoria inclui elementos das paisagens associados a fatos e eventos que: (1) Marcaram a memória nacional ou regional (como locais onde ocorreram batalhas e massacres, que serviram como esconderijo e rotas de fuga); (2) Lugares de referência na topografia (marcos geográficos significativos); (3) Registros materiais de ocupações humanas ancestrais (sítios arqueológicos, sambaquis, pinturas rupestres, geoglifos, entre outros). (Fernandes-Pinto, 2022, p. 16, numeração do autor).

A definição de Valor Cultural da Natureza pode atuar como um intermediário em projetos e no debate entre a Educação Ambiental e as atividades de Conservação Patrimonial. Seja pela criação da identidade do lugar do Parque Nacional a partir da sua história e dos seus artefatos, seja pela atividade de ocupar os espaços do Parque envolvendo uma interação que não pode ser desfeita com o meio ambiente, destacando as intrínsecas relações sociais e o meio ambiente.

### **Considerações Finais**

Os vínculos e as relações que uma atividade de Museologia Social estabelece com a área da Educação Ambiental não são visíveis à primeira vista. Os debates conceituais e a visão interdisciplinar dos últimos anos nos permitem enxergar essa possibilidade e seguir rumo à integração e à cidadania.

As contribuições e parcerias estabelecidas com outros segmentos da sociedade são indícios de reconhecimento dos Valores Culturais da Natureza e resultados diretos das ações

promovidas pela ação de extensão em Museologia. É o caso das doações recebidas, bem como a cessão do Parque Escola, situado dentro do Parque Nacional, e ainda a parceria desenvolvida com órgão de gestão ambiental e pesquisa na área de conservação de patrimônio. As contribuições e parcerias ampliam materialmente e socialmente as possibilidades de argumentação pela conservação. Geram identificação e curiosidade pela história do espaço/lugar do Parque Nacional.

A ação “Museologia Social no Parque Nacional do Iguaçu: Levantamento, Inventário e Conservação dos Bens Culturais” contribui no reconhecimento do espaço natural e do meio ambiente como identidade, história e cultura, dentre outros aspectos. Apesar da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) ainda não alcançar a definição de Valores Culturais da Natureza, suas orientações de gestão ambiental estabelecidas convergem bastante com as perspectivas de argumentação dos Valores Culturais da Natureza.

A ação de Museologia não resolve o problema da degradação, ou garante o objetivo do Parque Nacional do Iguaçu de conservação por si. Seus resultados também não podem ser medidos, com relação à influência direta no meio ambiente, em curto e médio prazo. Ações de sensibilização, que visam desenvolver a cidadania dos indivíduos, só poderão ser comprovadas a longo prazo, quando estes atuem no entorno, sensibilizados pela realidade conhecida. Recomendamos uma ampliação dos métodos para verificar o alcance das atividades com registro e, se possível, análise pelo público participante. Indicamos também investigar a percepção sobre meio ambiente dos participantes das atividades antes e após realizá-las.

Com relação à definição de Valor Cultural da Natureza, a ação de extensão está contemplada. A ação também atende aos objetivos de Educação Ambiental e Conservação Patrimonial, objetivos do ICMBio e Parque Nacional do Iguaçu. A Educação Ambiental não apenas informa, mas também capacita as pessoas a tomarem medidas concretas em prol da sustentabilidade, incentivando ações positivas e duradouras em benefício do meio ambiente e das gerações futuras, por meio da identificação do indivíduo com o meio que habita, que irá gerar o sentimento de pertencimento que implicará no desejo e busca por conservação.



## Agradecimentos

Agradecemos ao Parque Nacional do Iguaçu, pelo desenvolvimento das atividades e permissão da visita. Ao coordenador da ação de extensão, Pedro Louvain de Campos Oliveira, pela disponibilidade pessoal e de relatórios da ação. E ao docente Cláudio Alexandre de Souza e à disciplina de Gestão Ambiental, bem como ao Programa de Pós-Graduação em Tecnologias, Gestão e Sustentabilidade da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - PPGTGS/UNIOESTE.

## Referências

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006**. Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências. Brasília, DF, 2006. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5758.htm) Acesso em: 31 mar. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC). Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF, 2000. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9985.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm) Acesso em: 31 mar. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, DF, 1999. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm) Acesso em: 31 mar. 2024.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Brasília, DF, 1988. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm) Acesso em: 31 mar. 2024.

FERNANDES-PINTO, Erika. **Valores culturais da natureza**: curso desenvolvido no âmbito da Diretoria de Desenvolvimento Profissional (DDPRO). Brasília: ENAP, 2022.



ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Pesquisa:** Parque Nacional do Iguaçu. Foz do Iguaçu: ICMBio, 2023. Disponível em: [https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/mata-atlantica/lista-de-ucs/parna-do-iguacu/plano\\_de\\_pesquisa\\_parna\\_iguacu.pdf](https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/mata-atlantica/lista-de-ucs/parna-do-iguacu/plano_de_pesquisa_parna_iguacu.pdf) Acesso em: 31 mar. 2024.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Plano de Manejo do Parque Nacional do Iguaçu.** Brasília: ICMBIO, 2018. Disponível em: [https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/mata-atlantica/lista-de-ucs/parna-do-iguacu/arquivos/plano\\_de\\_manejo\\_do\\_parna\\_do\\_iguacu\\_fevereiro\\_2018.pdf](https://www.gov.br/icmbio/pt-br/assuntos/biodiversidade/unidade-de-conservacao/unidades-de-biomas/mata-atlantica/lista-de-ucs/parna-do-iguacu/arquivos/plano_de_manejo_do_parna_do_iguacu_fevereiro_2018.pdf) Acesso em: 31 mar. 2024.

JACOBI, Pedro. Educação ambiental, cidadania e sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, [S.L.], n. 118, p. 189-206, mar. 2003. <http://dx.doi.org/10.1590/s0100-15742003000100008>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/kJbkFbyJtmCrFTmfHxktgnt/?lang=pt> Acesso em: 24 mar. 2024.

OLIVEIRA, Pedro Louvain de Campos. **Museologia Social no Parque Nacional do Iguaçu Ano III:** levantamento, inventário e conservação dos bens culturais. Foz do Iguaçu: Unila Extensão, 2023a. (Projeto de Ação de Extensão).

OLIVEIRA, Pedro Louvain de Campos. **Museologia Social no Parque Nacional do Iguaçu Ano II:** levantamento, inventário e conservação dos bens culturais. Foz do Iguaçu: Unila Extensão, 2023b. (Relatório de Projetos de Extensão).

OLIVEIRA, Pedro Louvain de Campos. **Museologia Social no Parque Nacional do Iguaçu:** levantamento, inventário e conservação dos bens culturais. Foz do Iguaçu: Unila Extensão, 2022. (Relatório de Projetos de Extensão).

SINAES/INEP. Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação – Presencial e a Distância – Autorização. Brasília, DF, 2017. Disponível em: [https://download.inep.gov.br/educacao\\_superior/avaliacao\\_cursos\\_graduacao/instrumentos/2017/curso\\_autorizacao.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/avaliacao_cursos_graduacao/instrumentos/2017/curso_autorizacao.pdf) Acesso em: 15 abr. 2024.

YIN, Robert K. **Estudo de caso:** planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

Recebido: 10.06.2024

Aceito: 11.09.2024

Publicado: 19.12.2024



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



Este trabalho está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).